

10. Professores reflexivos: Análise dos pressupostos conceptuais, epistemológicos e pedagógicos

Benedito Maurício Sapane²⁷

Universidade Pedagógica de Moçambique - Maputo, Moçambique

Resumo: Este artigo procura problematizar os pressupostos que levam os professores a participarem ou não na construção do seu conhecimento profissional. O pano de fundo suporta que a prática profissional dos professores subordina-se às investigações levadas a cabo pelos especialistas e políticos da educação, removendo de certo modo a autonomia profissional dos professores e afligindo a sua flexibilidade. Este foi metodologicamente construído recorrendo à combinações hermenêuticas e, durante este cruzamento, a razão levou-nos à tese de que devido a uma racionalidade do tipo técnico – científico os professores circunscrevem os seus conhecimentos, criatividade e competência dentro dum arcabouço definido previamente, culminando com uma dicotomia que procura saber se a flexibilidade é uma questão técnica ou ética.

Introdução

O presente artigo, intitulado “Professores reflexivos”, enquadra-se no campo das Ciências da Educação, tem como principal objectivo contemplar uma análise reflexiva e crítica sobre o texto de Ariana Cosme (2009) «A redefinição da função docente e o modo como os professores participam na construção do seu conhecimento profissional».

Assim, em primeira instância, importa salientar que o presente artigo pretende discutir as condições de afirmação dos professores como profissionais reflexivos, a partir de uma reflexão sobre os pressupostos conceptuais, epistemológicos e pedagógicos que a sustentam. Trata-se de uma problemática em torno do campo educativo, onde com muita intensidade discutimos a questão de racionalidade técnico-científica como um princípio determinante da

²⁷ Docente da Universidade Pedagógica, afecto no Departamento de Ciências da Educação, Faculdade de Ciências da Educação e Psicologia (bmsapane@yahoo.com.br)

afirmação dos professores como reflexivos. Importa mostrar no seguimento da presente reflexão a vertente ética e técnica como uma base conceptual, epistemológica e pedagógica de afirmação dos professores como profissionais reflexivos, isto é, tentamos questionar e confrontar o texto em causa com outros autores e dar a conhecer a outra face que consideramos fundamental na discussão sobre a racionalidade técnico-científica.

Deste modo, optámos por organizar o presente trabalho em três secções. Numa primeira fazemos uma breve explicação sobre os ideais de Cosme (2009) ao que concerne a afirmação dos professores como profissionais reflexivos, dando a conhecer os pressupostos conceptuais, epistemológicos e pedagógicos por ela defendidos, que mais adiante irão ser analisadas. Em seguida, numa segunda parte, uma abordagem em torno dos aspectos técnicos e éticos que determinam os professores como reflexivos, aliando, porém os diferentes ideais aos pressupostos da autora ora citado dando a conhecer outras vertentes de pensar o mesmo assunto e numa terceira parte fazemos uma reflexão final onde levantaremos algumas das ideias consideradas relevantes na discussão sobre a racionalidade técnica e a afirmação dos professores como profissionais reflexivos com as nossas perspectivas sobre esta temática como um empreendimento ético e/ou técnico.

Condições de Afirmação dos Professores como Profissionais Reflexivos

Com o presente trecho, pretendemos dar seguimento às condições de afirmação dos professores como profissionais reflexivos, a partir de pressupostos conceptuais, epistemológicos e pedagógicos defendidos por Cosme (2009), mostrando deste modo as razões que sustentam a sua reivindicação. Deste seguimento, constatamos que Cosme apresenta a redefinição da função docente e o modo como os professores participam na construção do seu conhecimento profissional a partir de uma racionalidade do tipo técnico-científico. A autora sustenta as suas ideias com base num postulado de Domingos (2003) segundo o qual há uma ideologia que acabou de se construir como um instrumento de controlo da profissão docente, no momento em que os docentes fizeram depender do aumento das suas competências profissionais e condições da sua afirmação social, o incremento e promoção de responsabilidades técnicas, as quais, de acordo com os pressupostos da racionalidade técnico-científica, seriam determinadas por especialistas e investigadores e, é assim, que a ideologia do profissionalismo, legitimada pelo vínculo que estabelece com a racionalidade técnica.

Cosme (2009) diz que contribui paradoxalmente para a redução da margem de autonomia profissional dos professores, contribuindo dessa forma para accionar o seu processo de proletarização técnica, que em função da qual se produz uma perda de controlo sobre as formas de realização de trabalho e, sobre as decisões técnicas sobre o mesmo, o que no caso dos professores contribui para incentivar o processo de proletarização ideológica relacionado com a perda de controlo sobre os fins e os objectivos sociais para os quais se orienta o trabalho.

No entanto, é a partir do postulado acima que o mesmo autor (idem, 2009) defende que foi a racionalidade técnico-científica que permitiu a afirmação socioprofissional dos professores, embora o custo da tal opção, sustentado numa fé inquestionável da ciência como motor do progresso humano, conduzisse à perda de controlo sobre o próprio trabalho, ao ficar submetido às iniciativas dos decisores e dos especialistas em domínios relacionados com a fase de concepção dos projectos, circunscrevendo-se, por isso, os seus conhecimentos e competências profissionais a algumas das dimensões da execução, as quais, determinadas mesmo assim e de alguma forma, do exterior do grupo profissional docente e dos contextos concretos onde este opera.

Tendo em conta a conjuntura acima e o domínio dos especialistas e decisores políficos sobre o trabalho docente, Cosme (2009, p.101) sustenta ainda que “a prática profissional se subordina as investigações, sem a interpelar e sem contribuir activa e decisivamente para esta mesma investigação, daí que compita aos especialistas prescrever métodos, procedimentos e técnicas que os professores deverão ser capazes de aplicar, sem discutir os seus fundamentos”.

É com base na dissertação acima que se pode afirmar por parafraseamento à Ariana Cosme (2009) que a racionalidade profissional técnico-científica é, em larga medida, credora das transformações globais que a modernidade potenciou, quando contribui para a afirmação das crenças iluministas no progresso racional científico, no triunfo da tecnologia sobre a natureza e na capacidade de controlar e melhorar a condição humana através da aplicação deste manancial de conhecimento e de saber científico e tecnológico especializado no campo das reformas educacionais. A afirmação dos professores como profissionais reflexivos corresponde a um modo de configurar a acção docente diferente daquela que a racionalidade técnico-científica suscita.

O texto aqui problematizado sustenta que a afirmação dos professores como profissionais reflexivos constitui um movimento que corresponde tanto à denúncia das limitações e dos equívocos da racionalidade técnico-científica como afirmação de outro projecto de autonomia profissional que, vinculado a outro modo de entender as finalidades da escola e o papel dos professores, neste âmbito recusa a ideologia do profissionalismo que aquela racionalidade sustenta. Uma recusa cujo contraponto passa pela afirmação da opção, em função da qual se valoriza o valor da profissionalidade como modo de resgatar o que de mais positivo tem a ideia de profissional no contexto das funções inerentes ao ofício da docência. Um ofício que não pode ser objecto nem de uma definição prévia nem de uma definição unidimensional.

De acordo com a mesma autora a construção da profissionalidade docente conduz á aceitação e reconhecimento da autonomia profissional dos professores, a qual lhes permita assumir as responsabilidades pelas decisões que tomam. Estas não devem se encontrar nem prefiguradas nem passíveis de ser definidas de forma dissociada das vicissitudes relativas às interacções pessoais e culturais concretas que possam ocorrer nos contextos escolares.

É preciso recordar que a afirmação dos professores como profissionais reflexivos, capazes de serem co-protagonistas na produção do conhecimento profissional que lhes diz respeito, começa por uma opção dependente de outra em que se entende a escola como um espaço onde seja possível se produzir deliberações que permitam aos seus alunos poderem usufruir plenamente das oportunidades educativas que essa mesma escola lhes proporciona, tendo em conta os saberes, experiências de vida e potencialidades pessoais e sociais.

Racionalidade técnico-científica e autonomia profissional dos professores

Neste seguimento, procuramos discutir as limitações da afirmação dos professores como profissionais reflexivos a partir de uma perspectiva conceptual, epistemológica e pedagógica do processo educativo, porém, sustentando as ideias apresentadas com base numa racionalidade do tipo técnico-científica defendida por Cosme (2009), dado que para esta autora, a afirmação dos professores como profissionais reflexivos foi se constituindo historicamente com base numa ideologia que acabou por se constituir como um instrumento de controlo da profissão docente, no momento em que os docentes fizeram depender do aumento das suas competências profissionais e condição da sua afirmação social, o incremento e promoção de responsabilidades técnicas, as quais, de acordo com os

pressupostos da racionalidade técnico-científica, seriam determinadas por especialistas e investigadores.

É a partir da perspectiva acima descrita que nos propusemos a realçar que a racionalidade técnico-científica é uma ideologia de pensar e/ou condicionar a afirmação dos professores como profissionais reflexivos dissociada da realidade daquilo que constitui a prática docente, isto é, são ideais queiramos pedagógicos ou mesmo epistemológicos que não condizem com a prática quotidiana, trata-se de decisões que ocorrem na ausência dos professores ou sem o seu consentimento, o que de certo modo condiciona a sua limitação para se afirmarem como profissionais reflexivos, dado que a sua acção prática circunscreve-se dentro da ideologia acima descrita. É com este propósito que pode se assegurar e enfatizar-se que:

A prática profissional subordina-se, assim, à investigação educacional, sem a interpelar e sem constituir activa e decisivamente para esta mesma investigação, daí que compita aos especialistas prescrever métodos, procedimentos e técnicas que os professores deverão ser capazes de aplicar, sem discutir os seus fundamentos (Cosme, p. 101).

Relativamente aos pressupostos conceptuais, epistemológicos e pedagógicos apresentados atrás, resulta interessante realçar que a ideia de racionalidade técnico-científica está concomitantemente relacionada com a questão de performatividade em questões de prática educativa, pois, concordando com Flores e Simão (2009) a performatividade resulta numa concepção reducionista da educação, dado que conceber a actividade educativa em termos técnicos e contratuais – económicos - não só reduz, como ainda alerta aquilo que conta como “educação” e muda, conseqüentemente, o que significa ser professor. Resulta na incapacidade de ver, ignorar ou até mesmo negar aspectos importantes da realidade educativa. Estes aspectos são vistos como sendo irrelevantes, sem valor e, portanto “ignoráveis”.

Deste seguimento, verifica-se que a racionalidade técnico-científica encontra-se numa linha de vários pressupostos que a sustentam, porém coloca em causa ou condiciona a afirmação dos professores como profissionais reflexivos, pois segundo os ideais de performatividade aqui apresentados, durante as duas últimas décadas, a educação e o ensino caíram num encantamento, segundo o qual as escolas têm de ter um bom desempenho, têm de mostrar a sua eficácia e demonstrar que o dinheiro investido nelas foi usado de forma eficaz e que resultará em resultados adequados. Cada vez mais, a educação é considerada pelos

decisores políticos e também pela “opinião pública” como um investimento que tem de ser gerido eficazmente (Flores & Simão: 2009).

Salientes estes pressupostos que constituem uma realidade educativa é de questionar mais uma vez a autonomia dos professores! Dadas às circunstâncias, em que momento e espaço os professores terão uma liberdade ou autonomia completa para se afirmarem como profissionais reflexivos? Logicamente que a sua afirmação como profissionais reflexivos estará limitada dentro destes pressupostos com vista a justificar o investimento em causa, pois actualmente o assunto qualidade está intimamente ligado aos resultados escolares, dado que os professores são avaliados e legitimados como reflexivos quando apresentam bons resultados, sem, contudo investigar o processo de aquisição de tais resultados – é o que convenientemente e tendo em conta o mundo capital podemos apelidar de “Educação aplicada”.

Para Nóvoa (1995, p.72) “o posto de trabalho dos professores está muito marcado por tendências que afectam todo o sistema, tais como o progresso da especialização, uma maior pormenorização das destrezas de ensino, uma maior fragmentação da educação, o desenvolvimento de mecanismos de supervisão e avaliação, etc. A caracterização técnica dos currículos, a sua elaboração prévia por especialistas e uma maior regulamentação da actividade pedagógica, constituem factores de desprofissionalização do professor”. Esta ideia vem nos confirmar que de facto a racionalidade técnico-científica coloca em causa a afirmação dos professores como reflexivos, o que quer dizer que as condições para se afirmarem como tais, estão cercadas por um manancial técnico definido sem o seu consentimento, colocando em causa a sua autonomia. É deste raciocínio que corroborando com Arfwedson (Apud Nóvoa: 1995) consideramos que a autonomia dos professores exprime-se dentro de regras bastante definidas, que obrigam as acções profissionais a uma acomodação às situações reais. A liberdade do professor exerce-se, sobretudo, através da capacidade para se movimentar dentro de um quadro que só pode mudar parcialmente.

Nesta discussão somos chamados a questionar a relação que os professores desenvolvem com a racionalidade técnico-científica e o grão de sua autonomia ao relacionarem-se com pressupostos pedagógicos pré-estabelecidos. A resposta à questão encontra-se no limite que os professores têm de se afirmarem como profissionais reflexivos, circunscrevendo seus conhecimentos, criatividade e competência dentro da racionalidade técnico-científica ora em causa. Este aparato relacional sustentado por pressupostos

pedagógicos que fundamentam a racionalidade e o desenvolvimento profissional dos professores levam-nos a reconhecer que:

(...) a racionalidade técnico-científica como instrumento de construção de conhecimento profissional contribui para a desqualificação dos professores como grupos profissionais e coloca-os num beco sem saída quando se discute a possibilidade de as escolas e o modelo de educação escolar responderem às necessidades e exigências do mundo e das sociedades em que vivemos (Cosme 2009, p.105).

É partindo do princípio de que a racionalidade técnico-científica determina o conhecimento profissional dos professores que concluímos que o exercício de autonomia docente, bem como o nível de sua afirmação como reflexivos estão sujeitos a vários limites sustentados por aquela racionalidade.

Todavia, justificações para argumentar e tentar potenciar a racionalidade técnico-científica não rareiam, dado que esta conjuntura beneficia os investigadores e especialistas educacionais, e como afirma Fendler (Apud Flores & Simão, 2009, p.86) “quando a investigação sobre a formação de professores fornece elaborados programas que ensinem os professores a serem práticos reflexivos, o pressuposto implícito é de que os professores não são reflexivos, a não ser que pratiquem as técnicas promovidas pelos investigadores”. É irónico que a retórica dos práticos reflexivos se centre nos professores a auto-capacitar/emancipar, mas os requisitos para se aprender a ser reflexivos baseiam-se no pressuposto de que os professores são incapazes de praticar a reflexão sem a orientação dos especialistas.

Professores Reflexivos: Uma questão ética e/ou técnica?

Neste prosseguimento do trabalho pretendemos discutir assuntos relacionados com a reflexividade docente e, que condizem com questões éticas sob as quais os professores devem ganhar a sua afirmação como profissionais reflexivos. E é partindo da ideia de Nóvoa (1995) que defende a profissionalidade docente como a afirmação do que é específico na acção docente – referindo-se, portanto, ao conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que constituem a especificidade de ser professor – que podemos afirmar que a afirmação dos professores como profissionais reflexivos enquanto questão ética deve ser contextualizada, o que significa que deve ser analisada em função das actividades que são desenvolvidas pelos professores no exercício das suas funções e da realidade social que o conhecimento profissional pretende legitimar. E dado que a ética docente se caracteriza por aquilo que é bom, vinculado às atitudes e convicções, há que voltar a relacionar a questão de

ética com a questão técnica, pois só é considerável bom aquilo que constitui o resultado pré-estabelecido pelos especialistas e investigadores por meio de uma racionalidade técnico-científica, isto é, aquilo que eles esperam do trabalho do professor, e não estando a par da tal racionalidade, há que perguntar: o que será ou é a condição e afirmação dos professores dentro desta limitação e/ou ausência de autonomia profissional?

Todavia, dado que o empreendimento ético do professor está intimamente ligado ao conjunto de costumes e hábitos que caracterizam a sua actividade profissional enquanto um profissional reflexivo há que corroborar com Popkewitz (Apud Nóvoa, 1995) quando assegura que a participação dos professores na construção de seu conhecimento profissional deve ser visto em três, embora consideraremos neste trabalho apenas dois níveis ou contextos diferentes, a saber:

a) o contexto propriamente pedagógico, formado pelas práticas quotidianas da classe, que constituem o que vulgarmente chamamos prática. Contexto que define as funções que, de forma mais imediata dizem respeito aos professores. Esta é evidentemente uma perspectiva que alia os aspectos técnico-científicos e os aspectos éticos da racionalidade docente, dado que o professor deve garantir a sua reflexão e a sua participação na auto-construção profissional a partir da confrontação do que está instituído, queiramos pelos políticos ou especialistas da educação com a realidade escolar e social que lhe espera. Antes é preciso salientar que o instituído constitui uma base de arranque para a acção dos profissionais e não um produto acabado que deve ser implementado mecanicamente – é o princípio de reflexividade docente – pois o professor reflexivo é exactamente aquele que revela competência e criatividade na construção do seu conhecimento profissional, o que de certo modo queremos dizer que a existência de uma ideologia de trabalho docente é um princípio de desenvolvimento profissional e exercício ético dos mesmos, porém a *racionalidade técnico-científica* deve ser feita conjuntamente com os professores, deve se aproximar mais da realidade, do concreto, com vista a ultrapassar os dilemas actuais sobre a afirmação dos professores como profissionais reflexivos, pois, corroborando com Cosme (2009) há uma necessidade de os professores se assumirem como agentes capazes de reflectirem sobre as vicissitudes da sua vida nas escolas, no âmbito do processo de construção do conhecimento profissional que lhes diz respeito, o que resulta de um entendimento distinto daquele que a racionalidade técnico-científica promove, quer acerca do papel que se atribui aos alunos e aos professores neste âmbito. Estamos perante uma chamada de atenção aos

especialistas e investigadores para que possam tomar decisões juntamente ou com o consentimento dos professores, pois estes é que conhecem a realidade, é que interagem com a realidade social que os circunda;

b) o contexto profissional dos professores que elaboram como grupo um modelo de comportamento profissional (ideologias, conhecimentos, crenças, rotinas, etc.). Este contexto pode reportar-se a subgrupos profissionais com diferentes ideologias, mesmo no interior de uma escola, ou a todo o colectivo profissional. No entanto a discussão da afirmação dos professores como profissionais reflexivos e éticos passa pela necessidade de analisar o tipo de actividades que como grupo realizam para legitimar os desígnios sociais, dado que é este o espírito de colegialidade que estimula a reflexão, a participação e a autonomia destes profissionais e, é no trabalho em equipa onde cada um revela as suas limitações e potencialidades na compreensão do instituído para a transposição e consecução dos objectivos socialmente definidos. Esta é uma perspectiva de pensar a afirmação dos professores como profissionais reflexivos bastante legítima, dado que o trabalho que estes realizam constitui, em fim, uma devolução das perspectivas socioculturais, vista a escola como um espaço de reprodução sociocultural, no entanto há que verificar e analisar a reflexão e as actividades que os profissionais realizam para garantir a sua afirmação profissional no contexto sociocultural. Nesta mesma perspectiva é preciso ter em conta a acção reflexiva dos professores na construção daquilo que comumente se chama “currículo local”, que é o enquadramento de conteúdos considerados relevantes pela sociedade endógena no currículo oficial, estes estão para além dos programas pré-definidos, pois é neste enquadramento profissional onde assenta o empreendimento ético dos professores, claro se este for cumprido com êxito.

A partir de um referencial de Nóvoa (1995) há que salientar que a discussão sobre o modo como os professores participam na construção do seu conhecimento profissional e/ou os pressupostos técnicos ou éticos sob os quais assenta a tal afirmação, não é excludente da compreensão da dialéctica entre as expectativas externas e os projectos internos, dado que estes nos permitem evitar a afirmação ingénua da autonomia e da criatividade profissional dos professores, mas também o princípio da sua irresponsabilidade em relação à prática docente.

Assim, acreditamos que a afirmação dos professores como profissionais reflexivos não se pode fundamentar e/ou desenvolver com base na questão de racionalidade técnico-

científica e das diferentes regras normativas consequentes do trabalho de investigadores e técnicos da educação, ainda que exista a implicação inevitável da influência destes na sua afirmação. Trata-se de uma questão que implica necessariamente que se olhe para o professor não como um mero receptor dos programas pré-definidos, reduzindo as suas perspectivas, a sua capacidade de reflexão, análise e transposição do que já está instituído em realidade concreta de sala de aulas, pois ele é mais do que isso. Queremos salientar aqui a responsabilidade ética do professor, considerando que este transforma o instituído e ajusta a realidade existente. No entanto, a sua afirmação como profissional reflexivo passa pelo processo de apropriação de um conjunto de juízos e trabalhos hierarquicamente organizados, o que significa que não se realiza num vazio. Isto leva os professores à necessidade de irem também desenvolvendo e fornecendo suas bases conceptuais, epistemológicas e pedagógicas para que o seu trabalho seja o mais concreto possível, isto é, a sua afirmação passa pela construção das suas próprias perspectivas e pensamentos em relação ao trabalho que vão realizando – surge, no entanto aqui uma espécie de afirmação de poder, pois, os professores procuram livrar-se do “sequestro²⁸”.

No entanto, trabalhando em equipa a sua meta principal deverá ser de estabelecer uma construção conjunta de uma reflexividade sobre os programas, métodos e procedimentos, bem como da realidade que os rodeia, e não uma simples passividade, domesticação e transmissão numa verdadeira interacção pedagógica ajustada aos interesses, necessidades e características do trabalho dos investigadores e técnicos de educação, embora haja uma pressão no sentido de fazê-lo. Em fim corroborar com Cosme (2009) quando afirma que a reflexividade docente não é, pois, um fim em si, mas um meio através do qual se pretende contribuir para o desenvolvimento de projectos que se desenvolvam sob a égide da racionalidade pedagógica democrática.

Considerações Finais

Dada a Reflexão em torno das condições de afirmação dos professores como profissionais reflexivos, chegamos à ideia de que estamos perante um problema que nos leva a reflectir em duas perspectivas tendo em conta a problemática que nos propusemos a pensar nela. Neste seguimento nos encontramos entre a perspectiva *técnica e ética* como condições basilares de afirmação dos professores como profissionais reflexivos:

²⁸Refereimo-nos ao processo de governamentalidade caracterizado por dependencia criada pela racionalidade técnico-científica

A afirmação dos professores como profissionais reflexivos numa perspectiva técnica está assente nas condições de trabalho propostos como uma ideia geral daquilo que se espera da escola pela sociedade e, pelos técnicos e investigadores educacionais, assim como a “implementação” destas pelos professores enquanto profissionais dependentes. Queremos aqui revelar que a reflexividade dos professores é sustentada ou mecanizada pela racionalidade técnico-científica, o que de certa maneira podemos considerar que há mais receptividade docente e não reflexividade, dado o nível de decisões tomadas na sua ausência sobre o seu trabalho e, o modo como circunda as suas acções, tornando-o dependente e limitado. Aqui está assente o facto de a racionalidade técnica colocar os professores como executores de propostas que os especialistas constroem, pois, e de acordo com um alerta de Nóvoa (1995) os professores não produzem o conhecimento que são chamados a reproduzir, nem determinam as estratégias práticas da acção. Por isso, é muito importante analisar o significado da prática educativa e compreender as suas consequências no plano da formação de professores e do estatuto da profissão docente.

E numa perspectiva de empreendimento ético, consideramos que é dentro da prática que o professor deve reflectir, agir, planificar e exercer a sua actividade docente com prudência, equanimidade, perseverança com vista a garantir a sua afirmação como um profissional reflexivo, pois é a partir do seu trabalho como um profissional que trabalha em grupo tanto com os seus colegas, bem como com os seus alunos que a sua condição ética lhe leva a sua afirmação. Trata-se de um conjunto de atitudes/convicções, comportamentos na acção e sobre a acção do professor sob as quais se define a condição ética. Estamos perante um problema complexo, que só pode ser entendido dentro de um conceito global sobre a profissionalidade docente, procurando envolver todas as vertentes da actividade exercida pelos professores enquanto profissionais reflexivos. É por isso que corroboramos com Sykes (Apud Nóvoa, 1995) ao dissertar que para levar a cabo uma actividade docente, de forma efectiva, o prático deve desenvolver não só a capacidade de actuar – o emprego de aptidões técnicas no seu desempenho – mas deve também avaliar as consequências das suas acções, considerar desenvolvimentos alternativos da acção, colocar e resolver problemas idiossincráticos e recorrentes e, utilizar uma série de balizas conceptuais neste processo cognitivo e interactivo. No entanto, uma correcta compreensão do profissionalismo docente e da sua afirmação como reflexivos implica relacioná-lo com todos os contextos que definem a prática educativa, dado que professor é responsável pela modelação da prática, mas esta é a

intersecção de diferentes contextos, e é o que justifica a relação existente entre as informações técnico-científicas e a reflexividade docente na afirmação dos professores como reflexivos.

Embora reconheçamos que a afirmação dos professores como profissionais reflexivos é uma actividade complexa e dependente de vários pressupostos técnicos, há que estimar, potenciar e pesquisar a prática que sustenta a actividade docente, dado que é uma das condições para a sua afirmação, bem como envolvê-los na construção da racionalidade técnica. No entanto estamos ainda perante um início de uma discussão sobre a afirmação dos professores como profissionais reflexivos autónomos, dada a vicissitude dicotómica entre a racionalidade técnica e o contexto concreto de actividade docente. Todavia considera-se o presente texto não um produto cabal em si mesmo, daí que todas as críticas construtivas serão bem-vindas.

Referências Bibliográfias

COSME, Ariana (2009). A redefinição da função docente e o modo como os professores participam na construção do seu conhecimento profissional. *In* Ariana Cosme, Ser professor: A acção docente como uma acção de interlocução qualificada (100-118). Porto: LivPsic.

FLORES, Maria A. e SIMÃO, Ana M. V. (2009). O comprimento profissional para além do contrato: auto compreensão, vulnerabilidade e reflexão dos professores. *In* Aprendizagem e desenvolvimento profissional de professores Contextos e Perspectivas (61-98). Portugal: Edições pedagogo.

NÓVOA, António (1995). Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores *In* Profissão professor (63-92). Porto: Porto editora.